



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Esplanada dos Ministérios - Bloco E - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70067-901 - Brasília - DF - www.mdr.gov.br

REQUERIMENTO - SNSH/DRHB/CGPRH

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA

A Sua Excelência o Senhor

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO

Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Sr. Presidente,

1. O Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica - SNSH, é o órgão responsável pela Política Nacional de Recursos Hídricos, contando em sua estrutura institucional com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e com a Agência Nacional de Águas - ANA, como autarquia vinculada. Cabe ao MDR, por meio da SNSH, a coordenação da elaboração, das revisões e do acompanhamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, contando com o apoio técnico da ANA e em articulação com o CNRH, por meio da sua Câmara Técnica de Planejamento e Articulação - CTPA.

2. Ao final de 2020 encerra-se o período de vigência do atual PNRH (2006-2020), quando serão avaliados pelo CNRH os resultados do atual PNRH, a serem apresentados pelo MDR, que serão também base para a elaboração do novo Plano (PNRH 2021-2040). As atividades de elaboração do PNRH 2021-2040 tiveram início com a realização de estudos técnicos e a definição do calendário do processo participativo junto às instituições do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e com a sociedade em geral.

3. O processo participativo previa a realização de seminários nacionais, oficinas de trabalho regionais, temáticas e de cenarização prospectiva, diálogos setoriais e com a sociedade civil, reuniões técnicas de pactuação e uma consulta pública online. Os encontros presenciais teriam início no mês de abril de 2020 e se estenderiam até dezembro, com a realização da reunião do plenário do CNRH.

4. Em decorrência da pandemia de COVID-19, foram publicadas a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da

emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Tais normas estabeleceram as medidas de a serem adotadas para o enfrentamento da pandemia, que resultaram na suspensão das atividades do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de suas Câmaras Técnicas, bem como dos eventos previstos no processo participativo de elaboração do novo PNRH.

5. Nesse contexto, foi discutida na Câmara Técnica de Planejamento e Articulação do CNRH, em reunião realizada no dia 23 de junho de 2020, a necessidade de alteração do calendário inicialmente proposto e, conseqüentemente, de prorrogação do o prazo de vigência do Plano Nacional de Recursos Hídricos até a conclusão das atividades, conforme proposta de Resolução disposta abaixo. A matéria está sendo submetida em regime de urgência, uma vez que a aprovação do novo PNRH ocorreria em dezembro de 2020:

MINUTA DE RESOLUÇÃO N. , DE YY DE XXXXX DE 2020

Prorroga o prazo de vigência do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nos 9.433, de 08 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.000, de 03 de setembro de 2019, e

Considerando que os Planos de Recursos Hídricos são planos diretores que visam fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos (Art. 6, Lei 9.433 de 1997) e que o Plano Nacional de Recursos Hídricos deverá orientar a elaboração dos Planos Plurianuais - PPAs federal, estaduais e distrital e seus respectivos orçamentos anuais (Resolução CNRH nº 58 de 2006);

Considerando que ao final de 2020 encerra-se o período de vigência do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, aprovado em 2006, que se encontra no último ciclo de implementação, com Prioridades, Ações e Metas estabelecidas para o período 2016-2020, por meio da Resolução CNRH nº 181/2016;

Considerando as atividades iniciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e a Agência Nacional de Águas para a elaboração do novo Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, com a realização de estudos técnicos e o desenvolvimento de processo participativo, envolvendo os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – Singreh e a sociedade em geral;

Considerando a atribuição do CNRH de acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas (Lei 9.433 de 1997);

Considerando as medidas de isolamento social estabelecidas para combater a pandemia de COVID-19, que resultaram na suspensão das atividades do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de suas Câmaras Técnicas, bem como dos eventos previstos no processo participativo de elaboração do novo PNRH;

Considerando que o conteúdo técnico do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos atualizado, anualmente, pela ANA, conterá o Diagnóstico e Prognóstico para o novo PNRH;

Considerando a importância de garantir a participação dos entes do Singreh e da sociedade em geral na construção do novo PNRH, que visa estabelecer diretrizes, programas, projetos e metas para a gestão dos recursos hídricos para um horizonte temporal até 2040.

Resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de dezembro de 2021, a vigência do Plano Nacional de Recursos Hídricos e respectivas prioridades e metas estabelecidas para o ciclo 2016-2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO

Presidente do Conselho

MARCELO PEREIRA BORGES

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Renato Saraiva Ferreira, Diretor de Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas**, em 25/06/2020, às 18:30, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE BATISTA PIMENTEL, Usuário Externo**, em 26/06/2020, às 09:22, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Pires da Silva, Coordenador(a) Geral de Projetos de Água e Esgoto**, em 26/06/2020, às 10:12, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique Magalhães Noquelli, Usuário Externo**, em 26/06/2020, às 10:31, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 26/06/2020, às 11:27, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Lopes Varella Neto, Usuário Externo**, em 26/06/2020, às 11:33, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA, Usuário Externo**, em 26/06/2020, às 11:34, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiano Mezadre Pompermayer, Usuário Externo**, em 26/06/2020, às 11:54, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL SERONNI MENDONÇA, Usuário Externo**, em 26/06/2020, às 11:56, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Irion Almeida, Usuário Externo**, em 26/06/2020, às 14:55, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio dos Santos, Usuário Externo**, em 26/06/2020, às 14:58, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA VICENTE BONFIM, Usuário Externo**, em 26/06/2020, às 15:05, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luís Roberto Takiyama, Usuário Externo**, em 26/06/2020, às 15:32, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luana Machado de Almeida, Usuário Externo**, em 26/06/2020, às 15:32, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Anivaldo de Miranda Pinto, Usuário Externo**, em 26/06/2020, às 16:17, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marília Carvalho de Melo, Usuário Externo**, em 26/06/2020, às 17:34, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1922504** e o código CRC **7AB0EF46**.